

ACESSIBILIDADE: ELEMENTO CHAVE PARA INCLUSÃO SOCIAL

POR ÉVERTON LUÍS PEREIRA

A proposta de criação do Grupo Temático Deficiência e Acessibilidade surgiu de pesquisadores (as) reunidos no 7º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, realizado entre os dias 09 e 12 de outubro de 2016, na cidade de Cuiabá, no Mato Grosso.

O GT quer inaugurar um espaço de diálogo e de articulação entre diferentes pesquisadores (as) no e do campo da Saúde Coletiva que estão trabalhando com a temática da deficiência, na perspectiva da inclusão, da acessibilidade e das políticas sociais. O GT apresenta assim uma possibilidade de abertura de diálogo interdisciplinar, interprofissional e interinstitucional para impulsionar e aprimorar pesquisas e ações nesta temática.

Consideramos que a Saúde Coletiva, como um campo interdisciplinar de saberes e práticas, é um espaço privilegiado para a produção do conhecimento e para atuação política com vistas a consolidar os Direitos Humanos. As pessoas com deficiência têm direitos garantidos constitucionalmente, por meio da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Decreto n. 6.949/2009) e da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Lei n. 13.146/2015).

Entretanto, ainda existem inúmeros desafios a serem superados para a consolidação do disposto nos normativos, especialmente em termos de acessibilidade e da atenção integral à saúde. A discussão neste sentido pode contribuir para a inclusão social das pessoas com deficiência nos diferentes âmbitos da sociedade.

A Abrasco, assim, apresenta características importantes, entre elas, destacamos o caráter interdisciplinar e interprofissional de suas discussões e seus associados; a sua importância política no cenário nacional e internacional; e a produção do conhecimento e da congregação de pesquisadores (as) em seus espaços de troca.

Acessibilidade é um dos princípios propostos pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e elemento chave para a inclusão social





A criação de um GT sobre Deficiência poderá auxiliar na consolidação dos direitos sobre este segmento populacional, bem como na ampliação e fortalecimento de políticas públicas em nível nacional. Além disso, poderia ser um espaço de troca entre pesquisadores (as) interessados no tema dentro do campo da saúde coletiva e na sua interface com outros campos do conhecimento.

Destacamos também a potencialidade do GT em poder contribuir para a difusão de informações e conhecimentos sobre saúde, acessibilidade e deficiência para os (as) associados (as) (pesquisadores (as), departamentos, institutos de pesquisa e programas de pós-graduação).

Para este GT, acessibilidade foi definida como a possibilidade de acesso para todas (os). Para se ter acessibilidade deste ponto de vista, é necessário eliminar qualquer barreira, seja ela arquitetônica, comunicacional, informacional, metodológica, pedagógica ou instrumental.

A questão da acessibilidade se faz importante especialmente no contexto das pessoas com deficiência: é somente por meio da utilização do meio físico, dos meios de comunicação e dos produtos e serviços que estes sujeitos poderão transformar suas realidades sociais. Acessibilidade é um dos princípios propostos pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e elemento chave para a inclusão social.

Destacamos como objetivos do GT Deficiência e Acessibilidade o auxílio na formulação de estratégias de acessibilidade nos eventos e nas instituições associadas da Abrasco. Pretendemos ainda fomentar e sistematizar pesquisas e reflexões sobre deficiência, acesso à saúde e integralidade, no âmbito das políticas sociais e das práticas de cuidado à saúde; atuar em espaços colegiados na garantia e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência e no aprimoramento da acessibilidade nos espaços coletivos; e divulgar e consolidar o “modelo social da deficiência” no campo da Saúde Coletiva.

**Éverton Luís Pereira é professor no departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília e coordenador do GT Deficiência e Acessibilidade da Abrasco.*

Pretendemos fomentar e sistematizar pesquisas e reflexões sobre deficiência, acesso à saúde e integralidade, no âmbito das políticas sociais e das práticas de cuidado à saúde e ainda divulgar e consolidar o “modelo social da deficiência” no campo da Saúde Coletiva